

experiência acumulada em actividades de direcção e acompanhamento de grupos de trabalho e comissões técnicas: tem uma presença assídua em reuniões técnicas e congressos, apresentando com frequência comunicações; participou em diversas iniciativas como formador; assumiu cargos de direcção com responsabilidades regionais em Trás-os-Montes; participou em actividades de reconhecimento de campo, nomeadamente em áreas do Vale do Tâmega, serra da Nogueira e Macedo de Cavaleiros, tendo colaborado na elaboração de Planos Municipais de intervenção na Floresta do Vale do Tâmega e do Vale do Távora.

10 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Francisco Castro Rego*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais — António Jorge de Sousa Cosme.
Formação académica — Licenciado em Engenharia Florestal (1989), tendo posteriormente frequentado numerosas acções de formação. Iniciou a sua actividade profissional em 1986 no âmbito do projecto PIDR-TAD, «Aproveitamento da fitomassa área não agrícola». Tem repartido a sua actividade por diferentes sectores, com especial relevância para as áreas dos fogos florestais, ordenamento e gestão. Participou em actividades de reconhecimento de campo, nomeadamente em áreas do vale do Tâmega, serra da Nogueira e Macedo de Cavaleiros. Colaborou na elaboração de Planos Municipais de Intervenção na Floresta do Vale do Tâmega e do Vale do Távora. Foi coordenador do Núcleo Regional do Corpo Nacional da guarda florestal da área de intervenção da DRATM. Tem uma importante experiência acumulada em actividades de direcção e acompanhamento de grupos de trabalho e comissões técnicas.
Tem uma presença assídua em reuniões técnicas e congressos, apresentando com frequência comunicações. Participa com regularidade em iniciativas de formador. Realizou diversas apresentações por convite para divulgação de temas florestais, tendo ainda colaborado em vários projectos de investigação.

Despacho n.º 2219/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada para exercer, em comissão de serviço, por um período de três anos, o cargo de chefe de divisão do Núcleo Florestal do Nordeste, da Circunscrição Florestal do Norte, constante do anexo II da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, a licenciada em Engenharia Florestal Graça Maria Gonçalves Barreira Andrade.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da visada que, de acordo com os critérios utilizados, apresentada uma classificação adequada, obtida principalmente pela sua experiência em lugares de chefia, sendo ainda de realçar a sua participação em acções de formação e na orientação de estágios; noutros aspectos relacionados com a presença em congressos, reuniões técnicas e publicações escritas, a sua contribuição foi considerada suficiente, embora menos relevante; é ainda de realçar um conhecimento aprofundado da região em causa.

10 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Francisco Castro Rego*.

Curriculum vitae

Dados pessoais — Graça Maria Gonçalves Barreira Andrade.
Formação académica — licenciada, em 1984, em Engenharia Florestal pela UTAD, tendo realizado o estágio curricular «Valor nutritivo de algumas espécies arbustivas — Variação anual e sua manipulação pelo fogo controlado». Frequentou o curso de mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural da UTAD.
Frequentou diversas acções de formação, nomeadamente na área dos fogos controlados e da mecanização florestal.
Iniciou a sua actividade profissional em 1984 na Direcção de Serviços de Caça da DGF. Desempenhou funções na Circunscrição Florestal de Viseu como responsável pelo sector da caça e pesca e na Circunscrição Florestal de Vila Real, apoiando os sectores de planeamento, fogos controlado e caça. Exerceu as funções de administradora florestal de Bragança, entre 1991 e 1994, e de chefe de zona florestal da Terra Fria, entre 1994 e 1997.
Fez parte de comissão organizadora de diversos encontros venatórios, tendo igualmente orientado estágios de licenciatura e participado na docência do curso de Gestão dos Recursos Florestais da ESAB.

Despacho n.º 2220/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, por um período de três anos, o cargo de chefe de divisão do Núcleo Florestal do Barroso e Padrela, da Circunscrição Florestal do Norte, constante do anexo II da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, o licenciado em engenharia florestal Carlos Manuel Gomes Matos Silva.

A presente nomeação é fundamentada, de acordo com os critérios utilizados, numa classificação alta, com uma distribuição equilibrada de resultados para as três componentes consideradas (formação académica, capacidade de liderança e coordenação/experiência profissional): assumiu cargos de direcção com responsabilidades regionais, com localização no distrito de Vila Real, tendo desempenhado com frequência tarefas de coordenação, nomeadamente em áreas relacionadas com fogos florestais; colaborou na elaboração de planos municipais de intervenção na floresta do vale do Tâmega e do vale do Távora; é numerosa a lista de participações em reuniões técnicas e científicas, em simultâneo com a realização de comunicações por convite sobre temas florestais, com especial incidência em protecção florestal; desempenhou, com frequência, funções em acções de formação e orientou estágios curriculares.

10 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Francisco Castro Rego*.

Curriculum vitae

Dados pessoais — Carlos Manuel Gomes Matos Silva.
Formação académica — licenciado em Engenharia Florestal pela UTAD (1993), concluiu com êxito a pós-graduação em Engenharia dos Recursos Florestais (2002-2003), tendo ainda frequentado numerosas acções de formação.
Iniciou a actividade profissional em 1992 no quadro da DRATM, tendo assumido cargos de direcção com responsabilidades regionais, com localização no distrito de Vila Real, tendo desempenhado com frequência tarefas de coordenação, nomeadamente em área relacionadas com fogos florestais. Colaborou na elaboração de planos municipais de intervenção na floresta do vale do Tâmega e do vale do Távora. É numerosa a lista de participações em reuniões técnicas e científicas, em simultâneo com a realização de comunicações por convite sobre temas florestais, com especial incidência em protecção florestal. Participou em diversos projectos de investigação. Desempenhou com frequência funções em acções de formação e orientou estágios curriculares.

Direcção Regional de Agricultura do Algarve

Despacho (extracto) n.º 2221/2006 (2.ª série). — Por despachos de 14 de Dezembro de 2005 e de 3 de Janeiro de 2006 do director regional de Agricultura do Algarve e do secretário-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, respectivamente:

Ana Isabel Cruz Lopes Reis Nunes, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas — autorizada a transferência para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, a partir da data da publicação, com idêntica categoria e carreira. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Instituto da Vinha e do Vinho

Despacho (extracto) n.º 2222/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Janeiro de 2006 do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

Maria João Cunha Fernão Pires, assessora principal, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, da carreira de técnico superior engenheiro — nomeada, por urgente conveniência de serviço, em regime de substituição, chefe de divisão de Informação, Divulgação e Relações Públicas, do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, nos termos e ao abrigo do disposto n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006.

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *Lopes das Neves*.

Despacho (extracto) n.º 2223/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Janeiro de 2006 do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

Maria da Conceição Estêvão Neves da Cunha Ribeiro da Costa, assessora principal pertencente ao quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, da carreira de técnico superior engenheiro — nomeada, por urgente conveniência de serviço, em regime

de substituição, directora de serviços dos Mercados Vitivinícolas, do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006.

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *Lopes das Neves*.

Despacho (extracto) n.º 2224/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Janeiro de 2006 do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

Fernando Manuel Bispo Simões, assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, pelo prazo de um ano, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 479/99, de 19 de Novembro, técnico superior estagiário da carreira de jurista, do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionado no escalão 1, índice 321. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *Lopes das Neves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Despacho (extracto) n.º 2225/2006 (2.ª série). — Por despachos da Secretária de Estado dos Transportes e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de 2 de Dezembro de 2005 e de 12 de Janeiro de 2006, respectivamente:

Licenciado Victor Manuel de Sousa Risota, assessor principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais — autorizado a passar à situação de licença sem vencimento para o exercício de funções na qualidade de funcionário ou agente do quadro de organismo internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Inspeção-Geral das Obras Públicas

Despacho n.º 2226/2006 (2.ª série). — *Comissão de serviço do director do Serviço de Apoio Técnico.* — 1 — O Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 3 de Novembro de 2005, proferido nos autos do recurso jurisdicional n.º 5991/2002, anulou o despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas de 29 de Outubro de 2001, que homologou a lista de classificação final do concurso para preenchimento do lugar de director de serviço de Apoio Técnico desta Inspeção-Geral, com fundamento em que o presidente do júri daquele não deveria ter sido sorteado, competindo ao inspector-geral exercer essa função.

2 — O candidato que figurava em primeiro lugar na lista homologada, Dr. Fernando José Oliveira Silva, exerceu, entretanto, as funções pertinentes, entre 22 de Janeiro de 2002 e 22 de Janeiro de 2005, data em que viu a sua comissão de serviço renovada pelo meu despacho n.º 1039/2005 (2.ª série), de 10 de Novembro de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 17 de Janeiro de 2005, proferido ao abrigo do disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

3 — Determina o Código do Procedimento Administrativo, no seu artigo 133.º, n.º 2, alínea i), que são nulos «os actos consequentes de actos administrativos anteriormente anulados ou revogados, desde que não haja contra-interessados com interesse legítimo na manutenção do acto consequente».

4 — Não se conhecendo, no caso concreto, «contra-interessados com interesse legítimo na manutenção do acto consequente», sendo certo que os concorrentes ao concurso anulado não integram a respectiva figura (cf. *CPA Comentado*, 2.ª ed., Mário Esteves de Oliveira e outros), resulta que é nulo aquele meu despacho n.º 1039/2005.

5 — Determino, assim, a cessação, com efeitos a contar de hoje, da comissão de serviço do Dr. Fernando José Oliveira Silva como

director do Serviço de Apoio Técnico da Inspeção-Geral das Obras Públicas.

16 de Janeiro de 2006. — O Inspector-Geral, *António Flores de Andrade*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 2227/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no despacho n.º 23 740/2000 (2.ª série), do Secretário de Estado da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 21 de Novembro de 2000, no uso dos poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 10 847/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, nomeio vogal da comissão administrativa da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do mesmo despacho, como representante dos beneficiários e por designação do Sindicato dos Jornalistas, Anabela Gonçalves Fino.

13 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Direcção de Serviços de Pessoal

Despacho (extracto) n.º 2228/2006 (2.ª série). — Por despacho do director do Departamento de Recursos Humanos exarado em 9 de Janeiro de 2006, ao abrigo das competências que me foram delegadas:

Maria Hermínia de Lima Teixeira Coelho Alves, técnica superior principal, do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. — exonerada da função pública, a seu pedido, com efeitos reportados a 22 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — O Director, *Antero Felizardo Lúcio Brotas*.

Despacho (extracto) n.º 2229/2006 (2.ª série). — Por despacho do director do Departamento de Recursos Humanos exarado em 9 de Janeiro de 2006, ao abrigo das competências que me foram delegadas:

Maria Guilhermina Malveiro Louzeiro Caxinha, assistente administrativa principal do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. — exonerada da função pública, a seu pedido, com efeitos reportados a 22 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — O Director, *Antero Felizardo Lúcio Brotas*.

Despacho (extracto) n.º 2230/2006 (2.ª série). — Por despacho do director do Departamento de Recursos Humanos exarado em 9 de Janeiro de 2006, ao abrigo das competências que me foram delegadas:

Maria Arminda dos Santos Oliveira Leite, assistente administrativa principal do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. — exonerada da função pública, a seu pedido, com efeitos reportados a 22 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — O Director, *Antero Felizardo Lúcio Brotas*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2231/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado José Carlos Viveiros Avides Moreira para o exercício das funções de vogal